

A mídia como agente transformador da sociedade: o filme “Bicho de Sete Cabeças” (Bodanzky, 2001) e a Lei 10.216/01¹

Patrícia Santos SANTINELLI²

Nara Lya Cabral SCABIN³

Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP

RESUMO

Este artigo pretende analisar o filme “Bicho de Sete Cabeças” (BODANZKY, 2001), por meio dos Estudos Culturais (HALL, JOHNSON, MARTÍN-BARBERO e ESCOSTEGUY), e utilizando os conceitos de midiaticização (HJARVARD) e mediação (SILVERSTONE). Busca-se identificar se o conteúdo do filme, a partir de suas reverberações sociais, ajudou na aprovação da Lei 10.216/01. Para isso, utilizar-se-á como *corpus* matérias do jornal “O Estado de S. Paulo”, desde o período da produção da obra até a aprovação da lei.

Dos Estudos Culturais, destacam-se as colaborações de Stuart Hall, Richard Johnson, Jesus Martín-Barbero e Ana Carolina Escosteguy. Para Hall (2003), o decodificador não aceita um texto midiático de forma passiva, pois o interpreta de acordo com suas experiências socioculturais. Logo, os receptores, na circulação de uma obra audiovisual, ao realizaram a decodificação, podem ressignificá-la e produzir novos sentidos a ela. É a partir dessa perspectiva teórica que formulamos a hipótese do presente trabalho, a saber: de que a decodificação do filme “Bicho de Sete Cabeças” por diferentes atores sociais pode ter contribuído para situá-la em um debate jurídico sobre doença mental no Brasil. Sob essa possível influência da mídia na sociedade, Stig Hjarvard (2014) leciona que a presença dos meios de comunicação é uma condição para as práticas sociais e culturais. Segundo o autor, “os estudos de midiaticização enfocam o papel da mídia na transformação das relações sociais e culturais”. Outro conceito importante a esta pesquisa, a mediação, conforme definida por Roger Silverstone (2002), diz respeito a processos de transformação de sentidos. Os textos midiáticos são sempre

¹ Trabalho apresentado na DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 18 a 20 de maio de 2022.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Audiovisual da Universidade Anhembi Morumbi - UAM, email: patriciasantinelliadv@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Audiovisual da Universidade Anhembi Morumbi – UAM, email: naralyacabral@yahoo.com.br.

ressignificados. Segundo o autor, a mediação implica na constante transformação de significados à medida em que textos da mídia e sobre a mídia circulam de diversas formas, e à medida em que colaboramos para sua produção. Dessa forma, busca-se compreender o papel do filme de Laís Bodanzky na promoção de um debate para além do seu enredo – um debate sobre violação de direitos humanos, necessidade de reforma psiquiátrica e luta antimanicomial. Baseado no livro biográfico “Canto dos Malditos” (1990), de Austregésilo Carrano Bueno, o longa conta a história de um adolescente que faz uso de maconha e, por isso, é internado compulsoriamente por seu pai em um manicômio, onde sofre violações de direitos. A obra denuncia as atrocidades a que os pacientes de instituições psiquiátricas eram submetidos. Embora a história do livro faça referência à sociedade dos anos 1970, o filme parece refletir o pensamento da sociedade do final dos anos 1990. Após a premiação no Festival de Brasília (2000), o então Ministro da Saúde, José Serra, pediu à Bodanzky uma exibição particular para o seu Ministério. Ressalte-se que, em 2021, a Lei Paulo Delgado completou 20 anos, mas vem sofrendo inúmeros retrocessos, pois o Ministério da Saúde determinou a ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, e financiou a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia, agindo contra o sentido do diploma legal. Diante disso, torna-se particularmente relevante a discussão sobre as representações e mediações midiáticas da luta antimanicomial a partir da cultura audiovisual.

PALAVRAS-CHAVE: Bicho de Sete Cabeças; comunicação; direitos humanos; Lei 10.216/01; luta antimanicomial.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

AMARANTE, Paulo. Asilos, alienados, alienistas: uma pequena história da psiquiatria no Brasil. In **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica I**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1994.

ARAÚJO, Fabrício Paiva. Entre o lembrar e o esquecer: a construção da memória e a validade do testemunho. **Literatura e autoritarismo**, nº 16. UFSM: Santa Maria, 2016. Disponível em: doi.org/10.5902/1679849X21504. Acesso em 6 dez 2021.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. – 1 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BASAGLIA, Franco. **A instituição negada**: relato de um hospital psiquiátrico. Trad. por Heloisa Jahn. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

BRASIL. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em 21 nov de 2021.

BUENO, Austregésilo Carrano. **Canto dos malditos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. (2007) Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Comunicação, Mídia e Consumo**, 11(4), p. 115-135. Disponível em: revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/111/112. Acesso em 10 dez 2021.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura**. Trad. por José Teixeira Coelho Netto et al. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GOMES, Anna Luiza Castro. **A reforma psiquiátrica no contexto do movimento de luta antimanicomial em João Pessoa-PB**. 2013. 263 f. Doutorado (Tese em ciências da saúde) – Escola nacional de saúde pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIDRICH, Andréa Valente. **Reforma psiquiátrica à brasileira**. 2007. 207 f. Doutorado (Tese em serviço social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HIDALGO, Luciana. **Arthur Bispo do Rosario** – O senhor do labirinto. São Paulo: Rocco, 1996.

HJARVARD, Stig. **A mediação da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2014.

MASCARELLO, F. (2004). Os Estudos Culturais e a Espectatorialidade Cinematográfica: Um Mapeamento Crítico. **Revista ECO-PÓS**, 07(2), 92-110.

MASCARELLO, F. (2001). A Screen-Theory e o Espectador Cinematográfico: Um Panorama Crítico. **Revista Novos Olhares**, 08(2), 13-28.

OROZCO, G. **Televisión, Audiencias y Educación**. Colombia: Grupo Editorial Norma, 2001.

PEREIRA, Rosemary. **Política de saúde mental no Brasil, o processo de formulação da reforma psiquiátrica**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência na área de saúde pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2004.

PRYTHON, Ângela Freire. (2016). Stuart Hall, os estudos fílmicos e o cinema. **MATRIZES**, 10(3), 77-88. Disponível em doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v10i3p77-88. Acesso em 10 dez de 2021.

RESENDE, Heitor. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, Silvério Almeida e COSTA, Nilson do Rosário. **Cidadania e loucura**. Políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

STAM, Robert. **Introdução à Teoria de Cinema**. São Paulo: Editora Papirus, 2000.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Reforma psiquiátrica, tempos sombrios e resistência**. Campinas: Papel Social, 2018.